

Formação do professor bilíngue para surdos: de quais competências estamos falando?

*Training of bilingual teachers for deaf students:
which competencies are we referring to?*

Veridiane Pinto Ribeiro

Professora bilíngue para Surdos e TILS com Pró-Libras nível superior. Graduação em Letras pela FAFIPAR e em Pedagogia pela UNIASSELVI, Especialista em Educação Especial pela FAPI e em Libras/Educação Bilíngue pelo IPE, Mestre em Educação pela UNIVALI e Doutoranda em Estudos da Tradução pela UFSC.

E-mail: veri.mega@hotmail.com

Artigo recebido em 15 de março de 2012 e selecionado em 16 de maio de 2013

RESUMO

Na perspectiva das políticas de inclusão, a partir da década de 1990, os surdos teriam direito à educação bilíngue, ou seja, teriam acesso a sua primeira língua, ou língua natural, que é a Língua Brasileira de Sinais (Libras – L1) e, posteriormente, em Língua Portuguesa que seria sua segunda língua (L2). Diante dessa diretriz político-pedagógica, a presente pesquisa buscou identificar quais as competências pertinentes à formação do professor bilíngue (PB) para surdos através de pesquisa de campo realizada com professores que atuam na educação de surdos no município de Itajaí – SC. Com base em seus depoimentos, buscamos traçar o perfil do profissional bilíngue, à luz da literatura corrente. Segundo as professoras entrevistadas não há investimento suficiente para que os profissionais construam as competências necessárias para o exercício de uma educação bilíngue condizente com os apelos da comunidade surda e das diretrizes oficiais. Para se identificar um professor com competência em educação bilíngue para surdos parte-se da premissa de que este privilegia as peculiaridades que se configuram em sua cultura visual na intermediação dos conhecimentos em detrimento da reabilitação da fala e de habilidades fonológicas para a apropriação da escrita. Por outro lado, destaca-se a necessária incorporação do conhecimento da história, cultura e identidades surdas, respeitando essas peculiaridades e baseando-se nelas para construir sua práxis.

Palavras-chave: Surdos. Educação bilíngue. Competências. Formação do professor.

ABSTRACT

Within the perspective of policies of inclusion, since the 1990s, deaf people have had the right to bilingual education, i.e., the right of access to their first language, or natural language, which is Brazilian Sign Language (Libras – L1) and later to Portuguese Language, their second language (L2). Based on this political and pedagogical guideline, this research sought to identify the competencies required to train bilingual teachers (BT) for deaf students, using field research carried out with teachers who work with the education of the deaf in the town of Itajaí, state of Santa Catarina. Based on their testimonies, we outlined the profile of the bilingual teacher referring to the current literature, with emphasis on the works of Perrenoud (1997, 1999, 2000 and 2005), Skliar (2009 and 2010) and Fernandes (2002, 2006, 2009 and 2010). According to the teachers interviewed, the investments are not sufficient for professionals to build the competencies required to offer a bilingual education that meets the demands of the deaf community and the official guidelines. Identifying a teacher with competency in bilingual education for deaf students should be based on the premise that he or she favors the peculiarities that form his/her visual culture during the exchange of knowledge over the rehabilitation of speech and phonological skills for learning writing. On the other hand, the need to integrate knowledge on history, culture and identity of the deaf into the classroom is emphasized, respecting these peculiarities and using them to build the praxis.

Keywords: Deaf. Bilingual education. Competencies. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Em Santa Catarina, no ano de 2001 é sancionada a Lei nº 11.869 que “reconhece oficialmente a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente”, além de determinar em seu art. 3º, inciso I, a inclusão da disciplina de Libras “nos currículos da rede pública estadual de ensino dos cursos de formação de nível médio e superior nas áreas de ciências humanas, médicas e educacionais”. No inciso II determina a Libras “como conteúdo obrigatório nos cursos de estudos adicionais na área de surdez em nível de 2º e 3º graus” (SCHIMTT, SILVA e BASSO, 2002, p. 132).

Em 04 de maio de 2004 é sancionada a Portaria E/19 que dispõe sobre a Implementação da Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina em unidades escolares da rede pública estadual de ensino, objetivando reestruturar e regulamentar a educação de surdos do Sistema Regular de Ensino do Estado. Porém, não houve uma continuidade nas ações determinadas neste documento sob a justificativa de falta de recursos. Em 2011, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) retoma a proposta e lança um projeto que visa a implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina. Este projeto vem ao encontro da criação de uma educação bilíngue também proposta na atual Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC). A diferença deste projeto mais recente em relação à proposta de 2004 é a implantação de escolas bilíngues para surdos, visto que a proposta anterior contemplava a implantação de salas bilíngues em escolas do âmbito estadual (SANTA CATARINA, 2011).

Com a sanção do Decreto 5626/2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436/2002, nomeada Lei de Libras, várias foram as diretrizes para formação de professores, incluindo-se a disciplina de Libras nas licenciaturas e Fonoaudiologia, bem como a criação do Curso de Graduação em Letras-Libras – Licenciatura e Bacharelado com o objetivo de preparar docentes e tradutores-intérpretes de Libras.

Estas normatizações vêm sendo estabelecidas no sentido de garantir aos surdos uma educação verdadeiramente bilíngue. Quadros (1997, p. 27) afirma que: “Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita”.

A partir do Decreto 5626/05, em Santa Catarina, a carga horária da disciplina de Libras nas instituições de nível superior tem, em média, 70 h/a, com uma ementa que contemplaria as peculiaridades sociais, linguísticas e educacionais da pessoa surda. Teoricamente, os pro-

fessores do Estado receberiam formação para atuar na educação de surdos.

Diante desse contexto político e legal, a presente pesquisa busca refletir sobre as competências pertinentes à formação do professor bilíngue (PB) para surdos. Com base em pesquisa de campo que coletou depoimentos de professores que tiveram formação específica em nível superior e encontram-se atuando na área como professores bilíngues em escolas estaduais, municipais e filantrópicas em programas denominados: “Escola Polo” e “Centros de Atendimento”. Buscou-se identificar o perfil desses profissionais, à luz da literatura pertinente à área da educação em geral e à área da educação de surdos.

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DEFENDIDA PELA COMUNIDADE SURDA

A partir da normatização da referida Lei de Libras no Brasil, garantindo o direito ao uso e ao acesso a educação em língua de sinais, a comunidade surda ganhou força na busca por uma educação bilíngue de qualidade que privilegie suas peculiaridades linguísticas visuais-espaciais.

Medidas que viabilizam a escola de surdos, com educação bilíngue e metodologias próprias de ensino foram defendidas no CONAE 2010.¹ Os doze delegados da comunidade surda defenderam onze propostas, porém, apenas três foram aprovadas. Dentre as propostas reprovadas, estava a garantia de educação bilíngue para os surdos (CONAE, 2010). A reivindicação pela educação bilíngue foi oficialmente contemplada pela primeira vez no documento “A educação que nós surdos queremos” (Revista FENEIS, 2005), elaborado pela comunidade surda a partir do pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, em 1999. No texto, manifestam o desejo de mudanças curriculares, sobretudo relativas ao ensino em Libras realizado por professores bilíngues, preferencialmente surdos, atuando como modelos para os surdos na educação infantil e ensino fundamental. Além disso, reivindicam a inclusão de temáticas da cultura, identidade e história da comunidade surda no currículo escolar. Por conta disso, são contrários às políticas de inclusão em classes comuns e solicitam a criação de escolas e classes bilíngues exclusivamente para surdos.

Para se defender de equívocos no trato com o aluno surdo e evitar o declínio para a “pedagogia do desastre” Perlin (2006) coloca que deve-se privilegiar na prática do professor a “pedagogia surda” em que é considerada a alteridade destes sujeitos em princípios que busquem “a) enfatizar o fato de ‘ser surdo’, b) conservar a identidade

¹ CONAE – Conferência Nacional de Educação, realizada em Brasília – DF, entre os dias 28 de março e primeiro de abril de 2010, com o objetivo de, juntamente com o poder público, delegados e observadores, definir propostas que pudessem servir de base para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que vai reger o sistema de ensino pelos próximos dez anos (LUCAS, 2010).

Local	Função	Formação	Idade	Tempo Serviço (magistério)	Tempo serviço (Ed. Bilíngue)	Formação ed. bilíngue	Contato comunidade surda
PBI – SAPS	Professora Bilíngue	Graduação	+ 45 anos	+ 20 anos	+ 3 anos	Cursos de Libras e oficinas de Libras	Sim
PBII – SAPS	Professora Bilíngue	Graduação	+ 45 anos	+ 20 anos	+ 3 anos	Cursos de Libras e oficinas de Libras	Sim
PBII – SAPS	Professora Bilíngue	Especialização	+ 45 anos	+ 20 anos	+ 3 anos	Cursos de Libras e oficinas de Libras	Sim
PBIV – SAEDE	Professora A. P. E. ²	Especialização	+ 45 anos	+ 20 anos	+ 3 anos	Esp. Ed. Surdos	Sim
PBV – CEMESPI	Professora Bilíngue	Especialização	Entre 18 e 30 anos	Entre 10 e 15 anos	Entre 1 e 3 anos	Esp. Ed. Especial	Sim
PBVI – Escola POLO	Professora Bilíngue	Graduação	Entre 18 e 30 anos	Entre 1 e 5 anos	- 1 ano	Cursos de Libras e oficinas de Libras	Sim

Tabela 1. Perfis de professoras bilíngues atuando na cidade de Itajaí-SC.

como povo surdo, c) exaltar a língua de sinais, d) transmitir valores culturais e) constituir a interculturalidade”.

As diretrizes oficiais e publicadas pela comunidade surda apresentam propostas de uma educação bilíngue ideal em que as competências se somam com foco nas potencialidades, mas, lamentavelmente, segundo dados que se apresentam em pesquisas da área publicadas por Skliar (2009), Fernandes (2009), Perlin (2006) e Stumpf (2008) não se efetivam na realidade escolar destes alunos.

PROFISSIONAIS BILÍNGUES: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Em Santa Catarina, no ano de 1956, havia salas de alfabetização para surdos distribuídas pelo Estado. Em Itajaí, a primeira escola a oferecer atendimento aos alunos surdos foi a Escola Estadual Vitor Meireles. Professores que receberam formação no INES (Instituto Nacional Educação de Surdos), no Rio de Janeiro, durante um ano, retornaram para iniciar o processo de reabilitação da fala nesta escola no ano de 1967.

Em 1981, é fundado nas dependências da Universidade do Vale do Itajaí o Setor de Atendimento a Pessoa Surda (SAPS). Este setor atua em parceria com o curso de fonoaudiologia e tem como filosofia educacional o bilinguismo (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa oral). No ano de 1997, é fundado o Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (Cemespi), com o objetivo de oferecer apoio pedagógico especial no contraturno às crianças com deficiência matriculadas em escolas de toda rede municipal. As crianças surdas recebem atendimento com professores surdos, aprendendo Libras, e com professor ouvinte bilíngue, aprendendo Língua Portuguesa.

Em âmbito estadual, em 2004 foi baixada a Portaria E/19, que dispõe sobre a implementação da Política

para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina em unidades escolares da rede pública estadual de ensino, chamadas “Escolas Polo”. Trata-se de uma política de educação inclusiva que consiste em um atendimento diferenciado em relação à maioria das propostas brasileiras. Em documento elaborado pela Fundação Catarinense de Educação Especial, instituição encarregada da administração de toda área da educação especial no Estado, a proposta pretende minimizar as dificuldades dos alunos surdos na inclusão agrupando-os com seus pares linguísticos em salas de educação bilíngue nas séries iniciais do Ensino Fundamental, frequentando salas inclusivas a partir das séries finais. Atualmente, a proposta pretende implantar escolas bilíngues para surdos.

Também dispõe de um atendimento denominado SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado. Nesta proposta um único professor atende a todos os alunos com deficiências sendo retirados das salas de aula inclusivas e conduzidas para uma sala de recursos, objetivando oferecer suporte pedagógico com reforço dos conteúdos. Pela falta de demanda para as classes de educação bilíngue, devido ao fato dos pais estarem matriculando seus filhos surdos em escolas municipais próximas de suas residências, e pela falta de recursos e maiores investimentos de toda ordem, as classes bilíngues têm diminuído a cada dia (SANTA CATARINA, 2011).

É neste contexto que se dá nossa pesquisa de campo: em escolas estaduais, municipais e filantrópicas da cidade de Itajaí, Santa Catarina.

Foram entrevistadas seis professoras bilíngues ouvintes que atuam em diferentes instituições educacionais e programas de educação bilíngue, cujos perfis se apresentam na Tabela 1, acima.

² A. P. E. – Apoio Pedagógico Especializado

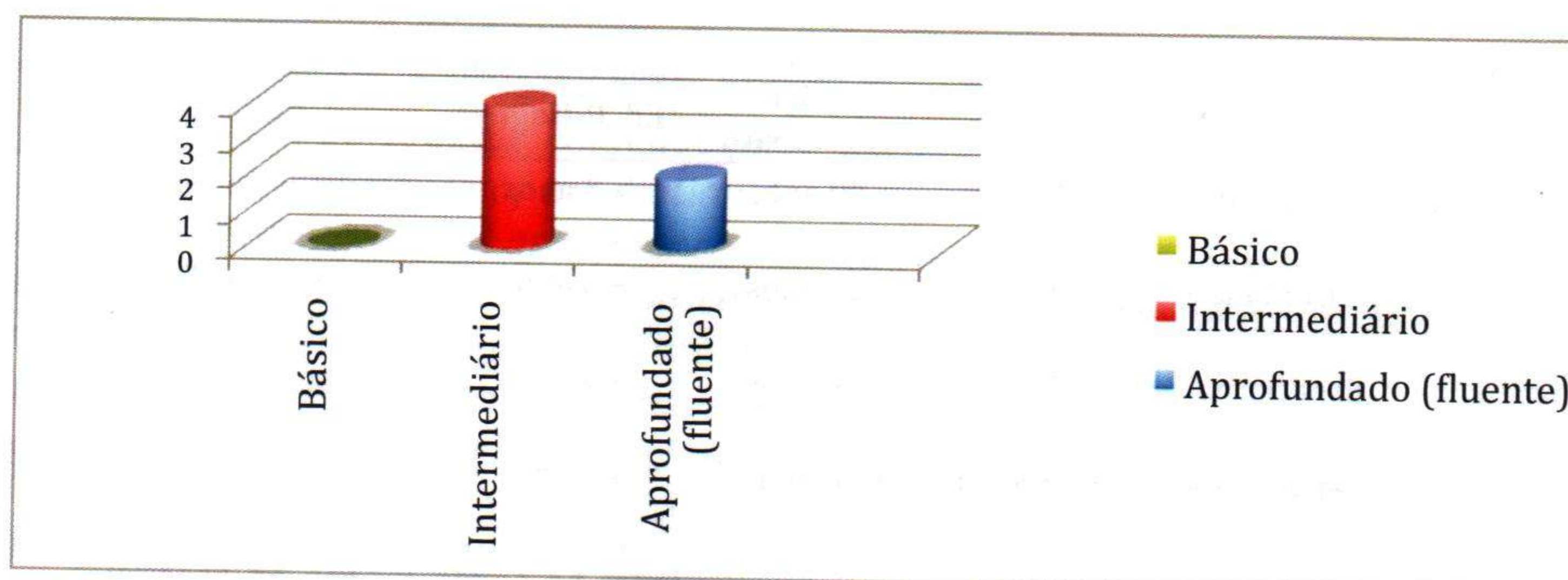


Gráfico 1. Como considera o seu domínio de Libras?

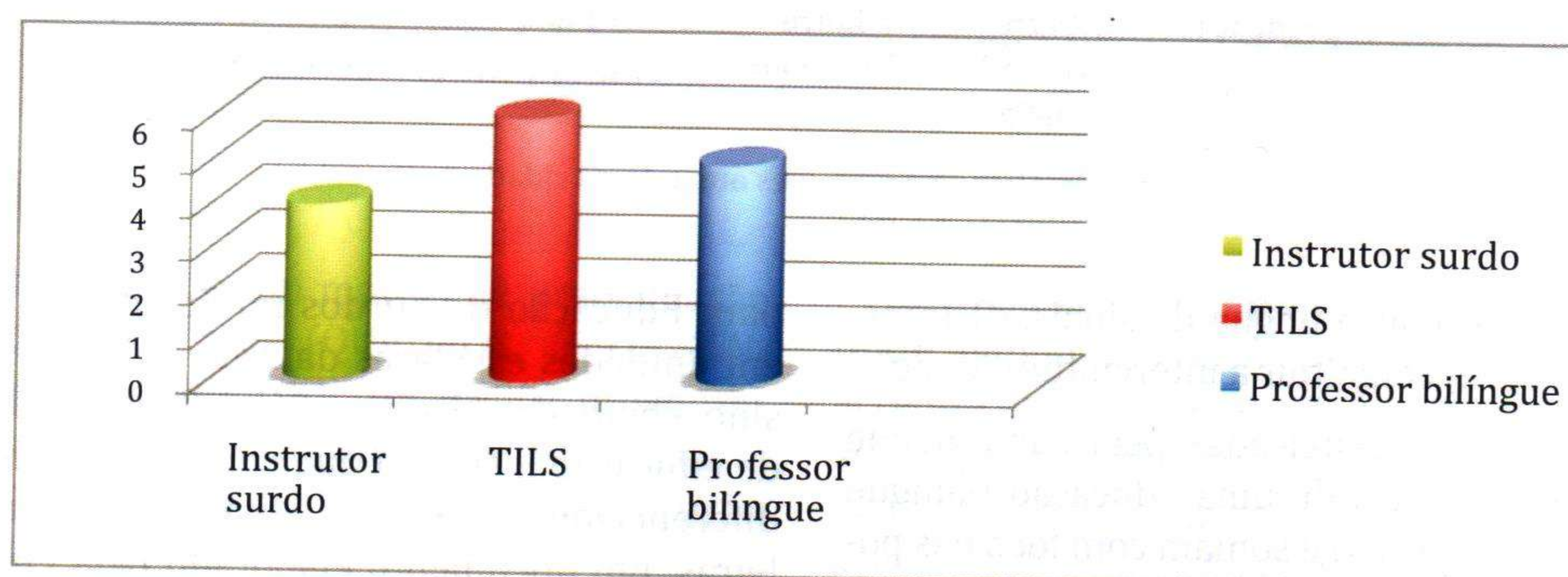


Gráfico 2. Indique a quantidade dos profissionais bilíngues em sua escola.

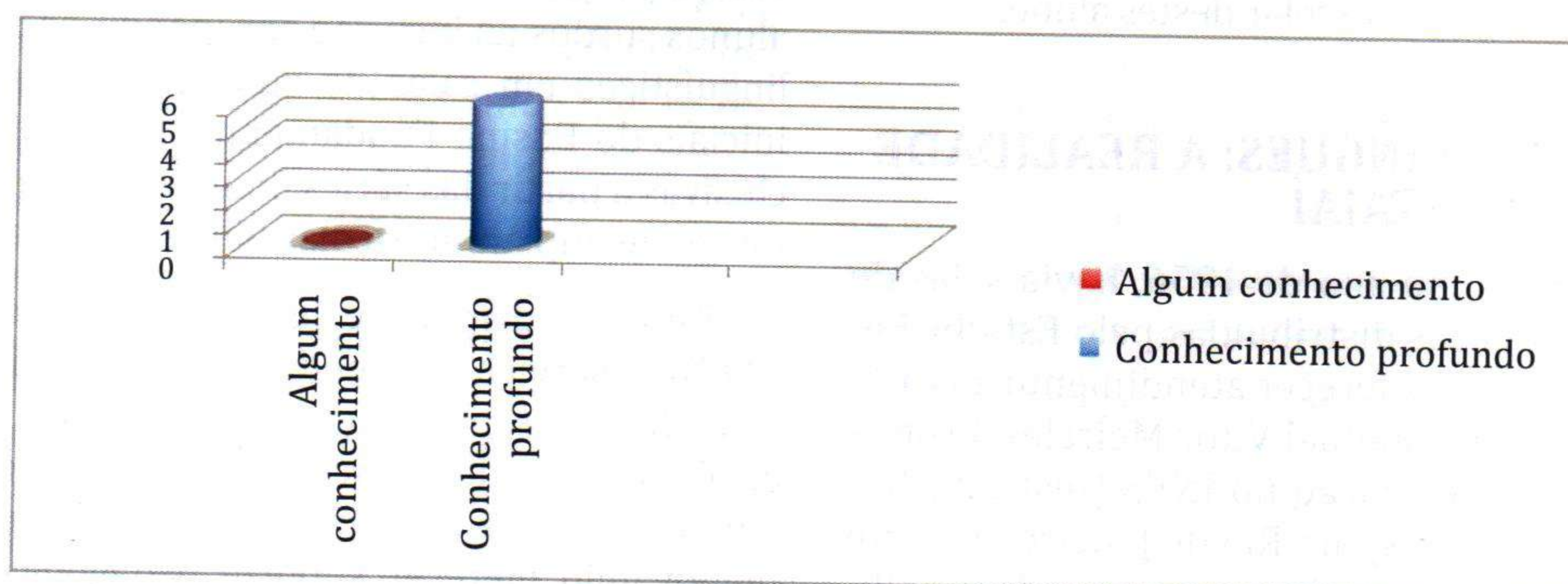


Gráfico 3. Você acredita que conhecer a Libras é o necessário para alfabetizar uma criança surda.

Os gráficos acima apresentam as respostas que correspondem diretamente aos objetivos da pesquisa.

Das entrevistadas, quatro declararam considerar seu domínio de Libras em nível intermediário, e duas em nível aprofundado. Stumpf (2008), em seus estudos sobre as condições em que os alunos surdos encontram-se na educação, aponta para dificuldades como “[...] o pouco domínio pelos professores ouvintes da Libras” e questiona se estes alunos não continuam sendo submetidos a participações fragmentadas e incompletas. Para Fernandes (2009) “os profissionais da área, supostamente os modelos linguísticos das crianças, têm uma

fluência limitada de Libras e desenvolvem práticas bimodais, o chamado português sinalizado”.

O fato é que o conhecimento da Libras não está em conhecer sinais e sim dominar a língua de sinais em seus processos linguísticos de construção sintáticos, fonológicos, semânticos e pragmáticos. O professor que desconhece estes processos baseia-se em vocábulos que não proporcionam ao aluno surdo um ambiente linguístico significativo com o qual se familiarize.

A quantidade de profissionais bilíngues nas escolas em que atuam as entrevistadas totaliza seis PBs (Grá-

fico 2), cinco tradutores intérpretes de Libras e quatro instrutores de Libras, sendo que, segundo elas, não há a presença de professores surdos no SAEDE, nas Escolas Pólo e no SAPS, neste último também não há intérpretes. Para Fernandes (2009) a educação bilíngue para sujeitos surdos envolve: “a formação e contratação de uma equipe de profissionais bilíngues, surdos e não surdos, (docentes de Libras, tradutores e intérpretes de Libras/LP, monitores bilíngues, professores de português como L2) protagonizando os programas de educação bilíngue para surdos”.

Um ambiente escolar que pretende oferecer condições educacionais para os alunos surdos reconhecidamente bilíngues deve constituir-se de diferentes profissionais que irão atuar junto à educação destes alunos considerados proficientemente bilíngues, caso contrário, não se instalará neste ambiente condições favoráveis à, do ponto de vista do capital humano, uma educação bilíngue para surdos (Gráfico 3).

Das seis entrevistadas todas declaram ser necessário ter conhecimento profundo em Libras para alfabetizar uma criança surda. Apesar de algumas professoras admitirem não ter conhecimento avançado em Libras como apresentado no gráfico 2, todas reconhecem a importância da proficiência na língua para efetivar-se a alfabetização. Desta forma, entendemos que as profissionais reconhecem também que uma criança surda precisa ser alfabetizada primeiramente em Libras, sua língua materna, para, posteriormente ser alfabetizada na L2 que é a Língua Portuguesa. Skliar (2009) defende ser este o princípio ideal a ser adotado nos processos de alfabetização de crianças surdas.

A primeira questão subjetiva a ser proposta às entrevistadas foi em relação à opinião das profissionais sobre a preparação de professores, atualmente para o trabalho na educação bilíngue, cuja resposta foi consensual: há precariedade e insuficiência na formação.

Isto nos leva a constatar que há carência em investimentos na formação de profissionais para atuação na educação bilíngue para surdos, o que compromete severamente a construção de competências para atuação. Sem a formação necessária, segundo Fernandes (2008), muitos professores acabam adotando práticas bimodais, isto porque o bilinguismo que vislumbramos hoje, afirma a autora, está acontecendo plenamente apenas nos discursos oficiais. Botelho (2005) faz duras

críticas à comunicação total³ afirmando que isto leva a práticas bimodais que dificultam a estruturação do pensamento, “já que com a busca constante de ajuste entre fala e sinais perde-se o fio condutor do assunto, a simultaneidade veiculada pelo bimodalismo deforma a enunciação, que se torna uma montagem artificial, e sempre baseada na língua oral”.

A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) ofereceu, em 2002, o curso de Pedagogia Bilíngue, com o objetivo de aguçar a curiosidade dos acadêmicos, incentivá-los a pesquisar profundamente a língua e descobrir todas as suas possibilidades (SCHIMTT, SILVA e BASSO, 2002).

Não há mais oferta de vagas para este curso, que foi extinto em 2006 ao formar sua primeira turma. A justificativa é a falta de condições orçamentárias para mantê-lo.

Sem a iniciativa do poder público em ofertar cursos de formação em educação bilíngue para surdos, os professores continuarão, como afirma Sacks (2010), “notavelmente ignorantes a respeito da surdez”. Aí está o desafio do poder público: promover iniciativas que favoreçam a formação de profissionais bilíngues na educação de surdos neste Estado.

A segunda questão foi sobre o conceito destas profissionais sobre educação bilíngue. A resposta das seis professoras foi unânime: é o uso de duas línguas na educação de surdos, em que a primeira é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa.

Há um consenso por parte das entrevistadas do conceito de educação bilíngue, porém, bilinguismo e educação bilíngue para surdos se distinguem e se relacionam. Bilinguismo é sim o uso de suas línguas, que podem ser praticadas em diferentes usos conforme a necessidade de seus interlocutores. A educação bilíngue para surdos envolve, além do bilinguismo, práticas pedagógicas e adaptações que vão desde investimentos em profissionais bilíngues surdos e ouvintes, a mudanças curriculares e estratégicas garantidas nos projetos políticos pedagógicos das escolas. Conforme Quadros (1997), “bilinguismo, no sentido restrito refere-se à aquisição de duas línguas; entretanto, uma proposta bilíngue para surdos abrange outros aspectos fundamentais para o processo educacional (aspectos sociais, culturais, psicológicos, antropológicos, etc.)”.

Para Fernandes (2009) o que acontece na realidade é que “não há espaço para identificação linguística” e também cultural pelos estudantes surdos. Nossas escolas não estão preparadas para a educação bilíngue. As minorias linguísticas ainda não encontram espaço em ambientes escolares que poderiam ser favoráveis ao seu pleno desenvolvimento acadêmico.

³ Segundo Goldefeld (2002) “a filosofia da comunicação total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.”

Na terceira questão, perguntamos qual seria o seu principal objetivo como professora bilíngue. As professoras bilíngues PBs I, II e III tiveram respostas semelhantes quanto ao principal objetivo na educação de surdos, focando na comunicação. A professora PB IV objetiva no uso da língua para ensinar os surdos, a PB V na função social da escrita e seus contextos e a PB VI ampliar o conhecimento de conceitos de seus alunos.

Skliar (2010) pontua alguns objetivos na educação bilíngue que devem nortear o trabalho do professor cujo trabalho se constrói sobre os princípios das competências:

As potencialidades, os direitos educacionais aos quais faço referência, são: a potencialidade da aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua; a potencialidade de identificação das crianças com seus pares e com os adultos surdos; a potencialidade do desenvolvimento de estruturas, formas e funções cognitivas visuais; a potencialidade de uma vida comunitária e de desenvolvimento de processos culturais específicos e, por último, a potencialidade de participação dos surdos no debate linguístico, educacional, escolar, de cidadania, etc. (SKLIAR, 2010, p. 26).

Objetivar a educação bilíngue na comunicação nos remete aos princípios norteadores do oralismo, que não leva em conta todo o universo do ser surdo, do sujeito liberto das amarras de sua condição auditiva. Traçar os objetivos da educação bilíngue como o uso da língua de sinais para ensinar os surdos também desconsidera este universo que se constitui de processos curriculares para se adequar aos saberes histórico-culturais do surdo. A função social da escrita e seus contextos e ampliar o conhecimento de conceitos dos alunos fazem parte do processo de educação bilíngue, mas não se esgotam neles.

A quarta questão quis saber das entrevistadas quais competências deve ter um professor bilíngue. As professoras, em sua maioria, diferem em suas opiniões. As PBs I, II e III declaram que um PB deve ter como competência o respeito à identidade surda. É, com certeza um dos critérios, mas não o único. A PB IV declara que a competência se apresenta na proficiência bilíngue e na formação em pedagogia ou educação especial. Proficiência faz parte dos apontamentos da comunidade surda para atuação na educação de surdos, mas, os referidos cursos não contemplam, em seus objetivos, formação específica necessária. A PB V entende competência na educação de surdos como criatividade e flexibilidade, com proficiência e formação em nível superior na Língua Portuguesa complementando com formação na área da educação de surdos. A PB VI afirma que a competência está na proficiência envolvendo conhecimento de cultura e identidade. As PBs V e VI apresentam respostas mais coerentes com

o clamor que vem ecoando dos movimentos surdos retratados no documento "A educação que nós surdos queremos" e nas propostas apresentadas ao CONAE - 2010.

Dentre as competências a serem adquiridas pelo professor ouvinte bilíngue para surdos está privilegiar seu canal visual como forma de aquisição de conhecimentos, traduzida por uma língua visuo-espacial, reflexo de sua cultura visual, que pode ser compartilhada com seus pares ouvintes no espaço escolar, construindo um ambiente intercultural, constituindo-se uma educação bilíngue bicultural (Quadros, 1997).

A quinta e última questão propôs que as entrevistadas indicassem quais os investimentos necessários em sua escola para concretizar a educação bilíngue para surdos.

As PBs I, II e III acreditam que os investimentos necessários em sua escola para concretizar a educação bilíngue para surdos estaria em viabilizar cursos de capacitação. Sim, capacitação. Mas, em que e para quem? Uma escola bilíngue não se constitui apenas de professores, mas também de alunos e nem todos são ouvintes. A PB IV acredita que o ideal é investir em tecnologia. Em se tratando de recursos físicos, os investimentos em tecnologia são importantes, mas, há que se investir principalmente em capital humano, para que se construam identidades empiricamente, rompendo com a unilateralidade, abrindo caminhos para a convivência entre as diferenças culturais. A PB V acredita que há necessidade de investimentos em proficiência em Libras de todos os profissionais, aperfeiçoamento destes e a adequação do ambiente às necessidades dos alunos. A PB VI acredita que na educação bilíngue as salas devem ser específicas para este fim, em que os alunos surdos estejam estudando juntos desde o início do Ensino Fundamental com professor surdo e profissionais bilíngues em todo espaço escolar. As PBs V e VI priorizam o investimento em capital humano e apoiam os ambientes escolares de educação bilíngue, como afirma a PB VI com a presença também de professor surdo bilíngue. Posturas que coincidem com as propostas da comunidade surda.

No documento "A educação que nós surdos queremos", no tópico "O currículo da escola de surdos", parágrafo 81, lê-se: "Conhecer a história surda e seu patrimônio, os quais proporcionam o estabelecimento de sua identidade surda". É uma manifestação do desejo da comunidade surda de que sua história e sua cultura estejam contempladas nos currículos escolares, construindo a identidade dos pequenos surdos e compartilhando um pouco de si com seus pares ouvintes. Além disso, estratégias que privilegiem sua cultura visual e avaliação diferenciada são imprescindíveis para o êxito da educação bilíngue para surdos valorizando e construindo competências para ensinar e aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a partir do Decreto Federal nº 5626/2005, depois de dezenas de anos de lutas, a comunidade surda vem comemorando importantes conquistas em nosso país, conquistas que vêm se configurando como a tomada de seus direitos sociais enquanto cidadãos politizados e atuantes na luta por garantias como a acessibilidade comunicativa. Porém, o fracasso educacional dos surdos ainda faz parte das reflexões e discussões entre educadores e pesquisadores.

Estas discussões e reflexões nos levam a defender os elementos que emergem da cultura surda como alicerce para o planejamento escolar, buscando o domínio do conhecimento de sua condição peculiar de aprendizagem constituída por uma cultura visual, além de priorizar a presença de profissionais, tanto surdos quanto ouvintes, proficientes em Libras/LP e LP/Libras.

Professor, saiba que nada substitui o brilho no olhar de uma criança surda ao sentir-se contemplada

pela sua valorosa atenção, atendida em suas necessidades, compreendida em suas peculiaridades, entendendo e fazendo-se entender. O professor que tem uma postura profissional comprometida com a educação de qualidade para todos, conquista a admiração e respeito de seu aluno surdo e se faz professor bilíngue por competência. Por seu desprendimento, terá como salário o vislumbrar de sujeitos letrados, atuantes e militantes, dotados de uma postura crítico-reflexiva, enquanto agentes de transformação a caminho da verdadeira inclusão educacional e social com igualdade de oportunidades e valorização para todos.

Estes novos olhares e suas conseqüentes mudanças de postura podem levar a uma verdadeira educação bilíngue bicultural para surdos. Porém, não temos a pretensão de entender este estudo como prescritivo e definitivo. Deste estudo podem emergir reflexões que, somadas, podem favorecer a educação bilíngue defendida pela comunidade surda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Paula. *Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas*. Autentica. Belo Horizonte, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 10 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 de dez. 2005.

_____. Lei nº 10.436. Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 mar. 2002.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. *A educação que nós surdos queremos*. Documento elaborado no pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre, RS, 1999. *Revista Feneis*, abr./set. 2005.

FERNANDES, Sueli. *Educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro*. UEL, 2008.

_____. *Libras e escolarização de surdos: o que quer e o que pode essa língua?* *Revista Direcional Educador*, maio/09.

_____. *É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação*. In: SKLIAR, Carlos. *Atualidades da educação bilíngue*

para surdos: interfaces entre pedagogia e lingüística. Editora Mediação. 3ª Ed. Porto Alegre, 2009.

PERLIN, Gladis. *Surdos: cultura e pedagogia*. In: THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini. *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos*. Edunisc. Santa Cruz do Sul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANTA CATARINA. Lei nº 11.869, de 06 de setembro de 2001. Reconhece oficialmente, no Estado de Santa Catarina, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras – e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente. Florianópolis, SC, 2001.

_____. Portaria E/19, de 04 de maio de 2004. Dispõe sobre a implementação da Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina em unidades escolares da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2004.

_____. *Implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina/ Secretaria de Estado da Educação*. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial: São José: FCEE, 2011.

SCHMITT, Deonísio. *Curso de pedagogia para surdos. Língua brasileira de sinais*. Elaboração: Deonísio Schmitt; Fabio Irineu da Silva; Idavania Marai Souza Basso. Orientação em lingüística: Ronice Müller de Quadros. Florianópolis - SC. UDESC: CEAD, 2002.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, C. Org. *A surdez: um novo olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. Org. *A surdez:*

um novo olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos. *Atualidades da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e lingüística*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 3ª. ed. V. II, 2009.

STUMPF, Marianne Rossi. Mudanças Estruturais para uma inclusão ética. In: QUADROS, Ronice Müller. *Estudos surdos III*. Petrópolis RJ: Ed. Arara Azul, 2008.